

SUMÁRIO

A NOÇÃO DE POLUIDOR NA LEI Nº 6.938/81 E A QUESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ESTADO PELOS DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR PARTICULARES	1
<i>Álvaro Luiz Valery Mirra</i>	
A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL DIFUSO	18
<i>Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira</i>	
MEIO AMBIENTE CULTURAL: REGIME JURÍDICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL.	44
<i>Daniel Roberto Fink</i>	
COMPENSAÇÃO ECOLÓGICA: UM DOS MODOS DE REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL . .	56
<i>Heline Sivini Ferreira</i>	
MINISTÉRIO PÚBLICO E ATUAÇÃO AMBIENTAL	73
<i>José Kalil de Oliveira e Costa</i>	
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E COMPENSAÇÃO ECOLÓGICA	104
<i>José Rubens Morato Leite</i>	
AÇÃO INIBITÓRIA NA PROTEÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL	124
<i>Luciane Gonçalves Tessler</i>	
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROVA NAS DEMANDAS COLETIVAS AMBIENTAIS	146
<i>Marcelo Abelha</i>	
COMPETÊNCIA DE JURISDIÇÃO NAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS EM MATÉRIA AMBIENTAL	201
<i>Marcelo Buzaglo Dantas</i>	

A TUTELA JURISDICIONAL DO MEIO AMBIENTE E SEU GRAU DE EFICÁCIA	233
<i>Paulo Roberto Pereira de Souza</i>	
ACESSO À JUSTIÇA, À INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR EM TEMAS AMBIENTAIS NO BRASIL	279
<i>Sílvia Cappelli</i>	